

Reajuste das anuidades deverá ter dois índices

CORREIO BRAZILIENSE

Somente após o dia 5 de janeiro o Governo vai anunciar o índice de reajuste da primeira semestralidade de 87, que não será em torno de 100 por cento como quer a Federação dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), admitiu ontem o secretário-geral do Ministério da Educação, Aloisio Sotero. Segundo ele, o Governo deverá anunciar dois índices: um para os estabelecimentos de ensino que atendem aos alunos de pré-escolar, 1º e 2º graus, e o outro para as escolas de nível superior, cujo índice só será divulgado depois do dia 5.

Neste dia representantes da comissão interministerial criada para tratar do assunto vão se reunir em Brasília com os ministros da Educação, Jorge Bornhausen, da Fazenda, Dilson Funaro, e do Planejamento, João Sayad. Após a reunião Bornhausen deverá anunciar o índice a ser aplicado pelas escolas de pré-escolar, 1º e 2º graus.

Para garantir a participação das comissões de encargos educacionais dos Conselhos Estaduais e Federal de Educação (CFE) na análise dos futuros reajustes, o MEC vai reestru-

turar estas comissões ainda no primeiro semestre de 87. De acordo com Sotero, já está acertado que os novos reajustes das semestralidades escolares não serão mais concedidos pelo Conselho Interministerial de Preços.

— Como as comissões estão ligadas aos governos estaduais, a idéia é promover a participação dos estados na análise dos futuros reajustes, o que ajudaria na solução dos problemas locais — afirmou o secretário-geral. Com o objetivo de promover ainda a participação das próprias escolas e de pais de alunos na análise da questão, o MEC está estudando a criação de comissões intermediárias a serem instaladas dentro das escolas.

A necessidade de reestruturação das comissões de encargos educacionais deve-se às distorções sofridas por estas comissões desde a sua criação, em 1969. Estas distorções vêm prejudicando o exercício e o papel das comissões. Conforme Aloisio Sotero, em algumas comissões o presidente e os representantes dos professores estão ligados a empresas educacionais. Em alguns casos os

representantes de pais de alunos também estão ligados por laços de amizade a donos de empresas educacionais.

Para minimizar as pressões exercidas por grupos organizados de escolas privadas no CFE, o MEC pretende "aperfeiçoar o suporte técnico de apoio da comissão de encargos educacionais do CFE", observou Sotero.

Sotero disse que até o momento o Governo não tem os índices de reajustes da primeira semestralidade de 87. Segundo ele, os critérios estudados até agora pelo MEC, a cúpula Conferência Nacional dos Bispós do Brasil (CNBB) e a Federação dos Estabelecimentos de Ensino são os seguintes: qualificação do corpo docente, número de alunos por sala de aula, salário dos professores e manutenção da escola.

Conforme Sotero, o reajuste da segunda semestralidade de 87 e os próximos vão depender do comportamento da economia, dos dissídios dos professores e dos acertos do pacto social, uma vez que estes aumentos entrarão na política de preços administrador pelo Governo.